



Egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada: uma trajetória permeada por desafios

Graduates of technical nursing education in the integrated modality: a trajectory permeated by challenges

Juliana Maciel Machado Paiva  <https://orcid.org/0000-0001-9497-6079>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

E-mail: julianammp@yahoo.com

Gilberto Tadeu Reis da Silva  <https://orcid.org/0000-0002-0595-0780>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

E-mail: gilberto.tadeu@ufba.br

Giselle Alves da Silva Teixeira  <https://orcid.org/0000-0001-6245-302X>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

E-mail: giselle.teixeira@ufba.br

Juliana Costa Ribeiro-Barbosa  <https://orcid.org/0000-0002-4330-224X>

Universidade Federal da Bahia - UFBA

E-mail: enfa.jcr@hotmail.com

Resumo

A formação técnica em enfermagem na modalidade integrada surge como uma alternativa promissora, com a missão de formar profissionais críticos, reflexivos e criativos de acordo com as necessidades do mundo do trabalho, assim facilitando a inserção e permanência destes jovens em uma profissão. No entanto, na prática, esta trajetória é permeada por dificuldades que podem comprometer o alcance desses propósitos. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar os desafios para inserção e permanência no mundo do trabalho relatados por egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 egressos, das quais foram extraídos elementos considerados desafiadores na trajetória profissional: falta de experiência na profissão, limitações das iniciativas governamentais, baixa oferta de vagas no interior do estado, rede de indicações e precariedade dos vínculos. Neste contexto, fica evidente a desarmonia entre o número de indivíduos formados e qualificados e a quantidade de profissionais inseridos no mundo do trabalho, o que explicita a necessidade de implementar estratégias para atenuar esta problemática.

Palavras-chave: Educação profissional integrada. Escola técnica. Avaliação dos egressos. Serviço de enfermagem.

Abstract

Technical training in nursing in the integrated modality appears as a promising alternative, with the mission to train critical, reflective and creative professionals according to the needs of the world of work, thus facilitating the insertion and permanence of these young people in a profession. However, in practice, this trajectory is permeated by difficulties that can compromise the achievement of these purposes. Thus, the objective of this research is to analyze the challenges for insertion and permanence in the world of work reported by graduates of technical training in nursing in the integrated modality. For this purpose, semi-structured interviews were carried out with 19 graduates, from which elements



considered challenging in their professional trajectory were extracted: lack of experience in the profession, limitations of government initiatives, low number of vacancies in the interior of the state, network of indications and precariousness of bonds. In this context, the disharmony between the number of trained and qualified individuals and the number of professionals working in the world of work is evident, which highlights the need to implement strategies to alleviate this problem.

Keywords: Professional education. Integrated teaching method. Technicians. Nursing service

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional de 1996 estabeleceu que a educação deve compreender os processos formativos que se iniciam na vida familiar, na convivência humana e se desenvolvem, especialmente, nas instituições de ensino e no trabalho. Assim, o Ensino Médio da educação básica tem, dentre outros objetivos, a preparação básica para o trabalho, de modo que, concluída a formação geral do educando, este seja direcionado para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 1996).

Entretanto, a edição do Decreto n. 2.208/97 estabeleceu a necessidade de uma organização curricular própria para a educação, independente do Ensino Médio. A busca de uma concepção unitária de formação – capacidade de desenvolvimento manual e intelectual de forma equilibrada (SAVIANI, 2018) –, por meio do Ensino Médio, sofreu um grave retrocesso, proibindo o ensino na modalidade integrada. Posteriormente, esse princípio foi resgatado no Decreto nº 5.154/04, que manteve a educação profissional como etapa formativa própria, contudo, no nível médio, possibilitando a oferta integrada entre profissional e Ensino Médio (BRASIL, 2004).

Ainda, recentemente, houve a contrarreforma do ensino médio através da lei n. 13.415/2017, a qual afirma que os currículos do ensino médio devem considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Portanto, reforça, mais uma vez, a necessidade de uma formação que não seja voltada apenas às competências técnicas para a atuação profissional, e sim a formação de cidadãos (BRASIL, 2017).

Entende-se a educação profissional integrada, ensino médio integrado ou ensino técnico integrado como aquela onde as atividades e conteúdos relacionadas ao ensino médio e ao curso profissionalizante acontecem de forma integrada. Esta formação busca dar enfoque ao trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, e de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1991).

Conforme Sant'Ana, Silva e Lemos (2018), o ensino técnico integrado representa para os jovens uma possibilidade econômica de inserção social através da integração de diferentes áreas do saber, de desenvolvimento pessoal e transformação da realidade social. As relações entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, cultura técnica e cultura geral, interiorização e objetivação representam um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politecnia. Entende-se como politecnia, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno (RAMOS, 2017).

Assim, ressalta-se o alinhamento da formação técnica integrada ao Ensino Médio com



as mudanças do mundo do trabalho, destacando, neste estudo, o campo da saúde. Nesta área, busca-se formar profissionais capazes de responder às características específicas impostas pelas grandes transformações na prática social do trabalho.

Dessa forma, permite-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional tecnocrática e seu caráter discriminatório (VIAMONTE, 2011). O propósito tem sido alcançar um perfil de trabalhador que apresente maior escolaridade, flexibilidade, maior acesso à informação, capacidade de decisão frente a problemas complexos, valorização dos traços de personalidade, criatividade, iniciativa e raciocínio crítico (GARAY, 2014).

Considerando que o mercado de trabalho em saúde sofre, constantemente, transformações importantes que podem ser determinadas pelos aspectos econômicos, sociais e políticos, há uma exigência de reformulações na formação, para que os egressos das escolas atendam a essas novas demandas. Nesta perspectiva, Santiago *et al.* (2017) afirmam que a formação profissional integrada ao Ensino Médio contribui para a construção de um itinerário formativo com mais possibilidades, realidade nem sempre presente no Ensino Médio tradicional.

Busca-se, com essa concepção, não a divisão de possibilidades que visualize o egresso apenas como técnico de enfermagem em sua atuação no mercado de trabalho, mas sim a soma de possibilidades que o introduz neste ambiente.

No entanto, apesar dos avanços alcançados, ainda são recorrentes os problemas relacionados à força de trabalho da saúde, especialmente quanto aos desequilíbrios na distribuição geográfica dos profissionais, com concentração em centros urbanos. Além disso, persistem barreiras como a centralidade no profissional médico e no desenvolvimento limitado das outras categorias profissionais e tendência à formação dos profissionais de saúde centrada no hospital e em tecnologias sofisticadas e desvinculadas das reais necessidades do sistema de saúde (CARVALHO; SANTOS; CAMPOS, 2013).

Assim, no sentido de ampliar a proposta da educação profissional integrada ao Ensino Médio, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 traz como metas: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional; triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta; e expansão mínima de 50% no segmento público (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). Essas metas partem do pressuposto que a modalidade integrada proporcionará melhores condições de cidadania, de trabalho e de inclusão social aos jovens e adultos em busca de uma formação profissional de qualidade e de novos horizontes para suas vidas, mediante a inserção profissional.

Sabemos que a trajetória profissional é permeada por gargalos e desafios que podem impactar diretamente na inserção destes técnicos em enfermagem recém-formados – com pouca experiência prática – no mundo do trabalho. É também notório o quanto tem sido, muitas vezes, difícil assegurar a permanência destes indivíduos em suas respectivas áreas de formação.

Algumas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, entre outras, podem reduzir a probabilidade de um indivíduo atingir suas metas profissionais, levando a caminhos que divergem de suas escolhas, as quais, idealmente, deveriam se dar por uma identificação pessoal. Neste caso, pode reduzir as chances de inserção no mundo do trabalho ou torna-se necessária a adaptação (LEITE e SALAS, 2014).



Portanto, conhecer e compreender a trajetória profissional dos alunos egressos do curso técnico em enfermagem na modalidade integrada pode permitir a verificação os desafios presentes neste percurso que resultam em situações de escolha ou não-escolha. Esta compreensão demanda o cuidado de estabelecer relações entre as preferências individuais e os determinantes políticos, econômicos e sociais nos quais esses indivíduos estão inseridos, uma vez que podem determinar a inserção e a permanência no mundo do trabalho.

Assim, diante do contexto, tornou-se objetivo deste trabalho analisar junto aos egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada os desafios frente ao mundo do trabalho.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado com egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada de três instituições de ensino no estado da Bahia (em Salvador, Miguel Calmon e Riachão do Jacuípe). Constituíram critérios de inclusão todos os egressos dos referidos cursos e instituições coparticipantes, aptos ao exercício profissional.

Consideramos, como recorte temporal para coleta de dados, a conclusão da primeira turma entre as escolas coparticipantes da pesquisa, em 2015, sendo este ano o marco inicial. Como marco final da coleta, adotamos o ano de 2018, por ser o último de conclusão antes do ano da coleta de dados. A Tabela 1 apresenta o quantitativo de concluintes em cada escola.

Tabela 1 - Número de concluintes de cursos técnico em enfermagem na modalidade integrada por escola coparticipante e ano de conclusão do curso.

Escola	Nº concluintes / Ano				Total
	2015	2016	2017	2018	
Salvador	23	25	17	16	81
Riachão do Jacuípe	-	-	-	10	10
Miguel Calmon	13	14	16	10	53
Total	36	39	33	36	144

Fonte: Próprios autores (2020).

Os contatos com os egressos foram realizados por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e ligações telefônicas. Ao fim das tentativas, conseguimos contato com 43 egressos, 21 deles de Salvador, 8 de Riachão do Jacuípe e 14 de Miguel Calmon. Importante ressaltar o primeiro e grande desafio: a maior parte dos números de telefones estava desatualizada. Muitos números não pertenciam mais aos respectivos donos ou estavam fora de área ou inexistentes.

Após o contato com os egressos, identificamos que nem todos os concluintes listados pelas escolas tinham, de fato, concluído o curso técnico em enfermagem. Dentre os concluintes, haviam alunos que finalizaram apenas as disciplinas teóricas, faltando cursar as disciplinas práticas obrigatórias, tornando-se estes como não participantes da pesquisa, já que um dos critérios de inclusão é a aptidão ao exercício profissional. Restou, neste momento, um universo de possíveis participantes com 29 egressos.

Enviamos a Carta-Convite da Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os 29 egressos. Dois se recusaram a participar e 27



manifestaram interesse em responder o questionário. Ao longo do processo, 08 egressos não responderam mais aos nossos contatos, sendo esta a perda amostral do estudo. Assim, após toda esta trajetória metodológica apresentada, os sujeitos participantes desta pesquisa foram 19 egressos dos cursos técnicos em enfermagem na modalidade integrada.

A coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas, com questões para caracterização destes egressos, a fim de conhecê-los melhor, e perguntas disparadoras sobre suas trajetórias profissionais. O egresso era livre para falar sobre sua trajetória e, quando necessário, havia intervenções da pesquisadora para nortear e dar continuidade à narrativa. As entrevistas foram realizadas de forma presencial ou remota, conforme preferência do participante, com duração média de 15 minutos cada.

A realização destas entrevistas ocorreu em três etapas, entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, sendo encerradas após saturação dos dados, ou seja, no momento em que não foram mais observados novos elementos nas entrevistas.

Para análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo temática, a qual permite descobrir os núcleos de sentido, levando à constituição de categorias e subcategorias (BARDIN, 2016). Os documentos da transcrição das entrevistas foram organizados no *software* WebQda®, o qual ofereceu apoio em todas as etapas da análise.

A pesquisa foi realizada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer 3.461.727. Durante todo o seu desenvolvimento foram seguidas as recomendações da Resolução nº466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Para manter a preservação da identidade dos egressos, utilizou-se a letra “E” acompanhada do numeral que representa a ordem das entrevista.

Resultados e Discussões

Quadro 1 – Caracterização dos egressos dos cursos técnicos em enfermagem na modalidade integrada segundo gênero, faixa etária, cor e estado civil. Salvador, Bahia, 2020.

CARACTERÍSTICA	N	%	CARACTERÍSTICA	N	%
Sexo			Cor		
Feminino	16	84,2	Pardo	11	57,9
Masculino	3	15,8	Preto	6	31,6
Faixa etária			Branco	2	10,5
20 - 30	9	47,4	Estado civil		
31 - 40	6	31,6	Solteiro	12	63,2
41 - 50	2	10,5	Casado	5	26,3
51 - 60	2	10,5	Divorciado	2	10,5

Fonte: Próprios autores (2020).

A área de saúde, embora bastante procurada por estudantes em virtude da boa empregabilidade e por ser considerada um setor estável quando comparado a outros,



não está imune aos problemas vivenciados pela maioria dos trabalhadores do país (VIEIRA *et al.*, 2017). De acordo com o 6º Congresso Nacional de Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, 8% destes profissionais estão desempregados, o que torna imprescindível definir estratégias para inseri-los rapidamente no mercado de trabalho (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2018).

A enfermagem é uma das profissões mais impactadas pela realidade do desemprego, sendo formados milhares de profissionais todos os anos. Hoje representamos cerca de 2,5 milhões de profissionais no país, dos quais 75,4% são técnicos e auxiliares de enfermagem. Quando se trata do estado da Bahia, a enfermagem é composta por 148.381 profissionais, 71,2% destes são técnicos e auxiliares (COFEN, 2021). São, portanto, muitos profissionais para as oportunidades existentes no mundo do trabalho, o que aumenta o risco de uma saturação na categoria.

Muitas vezes, as dificuldades na trajetória profissional, como escassez de vagas e a desvalorização social e econômica da enfermagem, causam evasão da área levando os profissionais a buscarem uma inserção profissional em outras categorias (COLENCI; BERTI, 2012; PAIVA *et al.*, 2019).

Neste estudo, com base nas entrevistas com os egressos dos cursos técnicos em enfermagem na modalidade integrada, foi possível extrair alguns elementos desafiadores para a trajetória profissional, sintetizados em seis categorias: Falta de experiência na profissão; Limitações das iniciativas governamentais (subdividida em: apoio à realização de estágios e alcance do primeiro emprego e incentivo à contratação de pessoas mais velhas); Baixa oferta de vagas no interior do estado; Rede de indicações; e A precariedade dos vínculos (subdivida em: informalidade do vínculo e desvalorização econômica e social)

Falta de experiência na profissão

O setor da saúde sofreu um grande crescimento nas últimas décadas e, paralelamente, houve um aumento dos cursos, vagas e instituições formativas de seus recursos humanos. Entretanto, não podemos falar o mesmo das oportunidades empregatícias no mundo do trabalho, visto que essas instituições vêm lançando um alto número de profissionais no mercado de trabalho, incompatível com o quantitativo de vagas. Nesta situação, aumenta-se a competição e, por conseguinte, as exigências profissionais necessárias para ocupar o cargo.

De acordo com Sobrosa *et al.*(2015), o ingresso e a permanência no mundo do trabalho têm sido dificultados pelas exigências do empregador, especialmente no caso de recém-formados, cujo principal obstáculo é a falta de experiência na atividade laboral pretendida.

A falta de experiência profissional se torna uma dificuldade e, na maioria das instituições de saúde, dificulta a contratação (JESUS *et al.*, 2013). Em pesquisa sobre a inserção profissional na enfermagem, os egressos com experiência prévia na área não relataram dificuldades para conseguir o primeiro emprego (COLENCI; BERTI, 2012). Neste contexto, o conhecimento oriundo da prática profissional é rico de situações cotidianas, fáceis ou difíceis, e isso facilita a identificação de formas de enfrentamento (MATTOSINHO *et al.*, 2010).

Nesse sentido, requisitos como qualificação, habilidades e experiências na área tornam-se grandes empecilhos para o ingresso e permanência no mundo do trabalho



pelos recém-formados, deixando-os com sensação de impotência e fracasso em relação às perspectivas profissionais (SOBROSA *et al.*, 2015). Essa realidade foi mencionada pelos participantes:

[...] eles pedem muita experiência e alguns de nós ainda não tivemos experiência na área. A nossa experiência foi só o estágio, então dificulta um pouco para a gente [...] eles não vão deixar de colocar uma pessoa que já tem experiência na área para colocar outra que vai estar começando [...]. E10

A experiência prática constitui um diferencial para o processo decisório dos empregadores. Seguir uma carreira é um desafio para todos, especialmente para aqueles que se preparam para entrar no mercado, como os jovens, geralmente os mais atingidos pelo desemprego (CARVALHO; MACEDO; SILVA, 2017). Neste estudo, os egressos não eram majoritariamente jovens/adolescentes, porém adultos recém-formados, que igualmente se deparam com a falta de experiência:

[...] é uma coisa que eu tenho sentido falta, que ninguém aprende só de ler livros... A gente precisa botar a mão na massa, a gente precisa acompanhar o dia a dia do paciente, a gente precisa estar botando em prática a escrita em relação a todo o processo com o paciente [...]. E14

O mundo profissional hipervaloriza as habilidades práticas e o produtivismo, pois considera que destreza prática leva à realização das atividades com agilidade e eficiência. Isso se acentua quando se trata dos profissionais de nível técnico, por terem histórico de uma formação tecnicista.

No entanto, diante da complexidade no contexto de trabalho não devemos reduzir a competência profissional - considerada como experiência - apenas à destreza instrumental, mas sim a um trabalho cognitivo complexo, ético e reflexivo, que demanda uma formação voltada a estes fins. A qualificação profissional não está, portanto, pautada apenas na habilidade técnica, mas na capacidade profissional de aplicar o conhecimento em situações práticas da realidade (JESUS *et al.*, 2013). Porém, as falas explicitaram o quanto a experiência prática é mais valorizada do que a capacitação técnica quando se trata da inserção no mundo do trabalho:

A gente faz o curso, uma dificuldade [...] eu fiz também um curso de Home Care. Estou esperando, aguardando, para ver se me chamam. [...] desde a minha juventude eu fiz e também não consegui trabalho. Tinha feito curso de atendente de enfermagem na época [...]. E02

No trecho acima, o egresso, mesmo com todas as suas formações, não conseguiu adentrar no mundo do trabalho, o que comprova a valorização da experiência em detrimento da escolaridade.

Estudo concluiu que para os indivíduos de 15 a 24 anos, “o mercado de trabalho valoriza mais a experiência que a escolaridade” e um ano a mais de experiência aumenta em 20% a empregabilidade dos jovens, ao passo que um ano a mais de escolaridade aumenta essa empregabilidade em apenas 1% (ROCHA, 2008, p. 540).

Limitações das iniciativas governamentais

Apesar da limitada experiência prática dos egressos recém-formados, é possível que esses profissionais alcancem sucesso na carreira que decidiram seguir, desde que o processo formativo aproxime vida acadêmica e teoria à realidade e futura atuação. Dessa forma, será possível viabilizar oportunidades e alicerces para que estes jovens ingressem no mundo do trabalho.



Imprescindível também que o governo e as empresas invistam em programas de incentivo para quem está iniciando a vida profissional, como estágios e ações que facilitem o alcance do primeiro emprego, de acordo com as diferenças entre os distintos grupos de egressos da formação profissionalizante. O estágio é uma forma de integração do estudante ao mundo do trabalho, possibilitando maior contato com a profissão futuramente exercida. Facilitar a inserção do egresso no primeiro emprego subsidia a sua experiência para que possa seguir sua trajetória profissional.

Assim, esta categoria se subdivide em dois itens: Apoio à realização de estágios e alcance do primeiro emprego e Incentivo à contratação de pessoas mais velhas.

Apoio à realização de estágios e alcance do primeiro emprego

Os recém-formados, por não terem ainda desenvolvido as habilidades práticas, sentem-se inseguros e despreparados para enfrentar a realidade do mundo do trabalho. O descompasso entre o ensino acadêmico e as expectativas no campo de trabalho tem sido denunciado por alunos de enfermagem. Por outro lado, as contribuições práticas durante a formação proporcionam uma sensação de conforto, dando-lhe subsídios para superar as situações novas. Com a integração teórico-prática, os profissionais de enfermagem buscam aplicar o que aprenderam na atuação profissional (MATTOSINHO *et al.*, 2010).

A grade curricular dos cursos prevê os estágios obrigatórios para articular a teoria aprendida em sala de aula e a prática, por meio da experiência no exercício profissional (DIAS, 2009). Há, ainda, a possibilidade de realizar estágios extracurriculares, o que depende da disponibilidade de oferta das empresas, mas contribui igualmente para a aproximação do estudante com a profissão.

O poder público pode incentivar a contratação de estudantes e recém-formados nas empresas, por meio da oferta de estágios ou da obrigatoriedade da presença de aprendizes (CARVALHO; MACEDO; SILVA, 2017). Uma dessas iniciativas é o Decreto nº 9.579 de 22 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que regulamenta a contratação de aprendizes, sendo este um grande avanço para a inclusão do jovem no mercado. Este Decreto, na subseção I, artigo 51, traz a obrigatoriedade das empresas empregarem um número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, 2018).

Outra iniciativa governamental importante para os recém-formados é o programa Primeiro Emprego, o qual tem como objetivo diminuir o desemprego entre jovens e adolescentes e inserir egressos e estudantes da Educação Profissional, que nunca trabalharam, no mundo do trabalho por meio de contrato de estágio, aprendizagem ou ocupação formal (BAHIA, 2019). No entanto, na medida em que as entrevistas deste estudo foram acontecendo, surgiram elementos nas falas que demonstram dificuldades para adentrar no mundo do trabalho mesmo com a existência do programa:

Você não consegue. [...] tem o Primeiro Emprego. Só que eu trabalhei só 6 meses como telemarketing, mesmo assim não me chamaram não. E02

Este egresso possui 54 anos. Uma idade que seria difícil nunca ter trabalhado anteriormente. Esta questão se configura como um dos maiores gargalos do programa Primeiro Emprego, uma vez que é voltado para quem não possui experiência profissional. Todavia, deveria ser levado em consideração que uma experiência como



atendente de telemarketing terá pouca influência para o desenvolvimento profissional de um técnico em enfermagem.

A partir do momento em que são implantados, nas instituições de ensino, programas para formação profissional de pessoas com idades mais avançadas e mais experiência de vida, é preciso que sejam desenvolvidas e lançadas estratégias, de acordo com as necessidades deste grupo, de forma a incluí-los no mundo do trabalho.

Incentivo à contratação de pessoas mais velhas

Ressaltamos que os participantes deste estudo, em grande maioria, foram oriundos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este programa é destinado para jovens e adultos trabalhadores, maiores de 18 anos, que não finalizaram o Ensino Médio básico, e pretendem cursá-lo junto a um curso profissionalizante (FARIA; ASSIS, 2014; MOURA, 2017), ou seja, oferece oportunidades de escolarização que aliam a educação básica à educação profissional, o que reforça, portanto, a necessidade de trazer esta discussão de forma alinhada.

Pela Constituição, o poder público deve criar programas de profissionalização para os idosos e adultos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas. No entanto, essas considerações legais que deveriam acontecer na prática, muitas vezes não acontecem ou acontecem de forma ineficaz (SERRA e FURTADO, 2016). Assim, percebe-se que o PROEJA integrado surge alinhado com essas ideias.

O PROEJA integrado tem a meta de atender à demanda social por políticas públicas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, que possibilitem ações educacionais fundamentadas em princípios epistemológicos com um corpo teórico que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do estudante. Para tanto, deve atender a essa clientela excluída tanto da oferta profissional técnica de nível médio, quanto do próprio Ensino Médio (FARIA; ASSIS, 2014).

Atualmente, vivenciamos uma realidade educacional no país, na qual pessoas de idade mais avançada têm procurado, cada vez mais, retomar os estudos que não puderam ser concluídos durante a juventude. O governo disponibiliza vários programas de formação para esta população, como a Educação para Jovens e Adultos (EJA), o próprio PROEJA integrado e outros. Contudo, não é suficiente oferecer apenas a formação e não pensar em uma forma de inserir estes adultos de meia-idade no mundo do trabalho.

Como já relatado aqui anteriormente, o país possui programas como o Primeiro Emprego e decretos, a exemplo do Decreto nº 9.579/2018, que alicerçam e embasam a inserção dos profissionais recém-formados no mundo do trabalho. Todavia, há gargalos que se acentuam quando tratamos de adultos com a idade avançada e idosos.

O referido Decreto, em seu artigo 53º, esclarece que “aprendiz é o maior de 14 anos e menor de 24 anos que celebra o contrato de aprendizagem” (BRASIL, 2018, np). Quanto ao programa Primeiro Emprego, o próprio Estado da Bahia traz, dentro do seu conceito, que “É uma ação social de combate ao desemprego dos jovens [...]” (BAHIA, 2019, np). Assim, quando se trata da educação técnica na modalidade PROEJA integrado, notamos um impasse, pois há um perfil de egressos com idade superior a 24 anos e, portanto, desassistidos por essas iniciativas. São pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Médio e/ou realizar um curso profissionalizante



no passado, mas aproveitaram o ensejo do ensino integrado para obter as duas formações ao mesmo tempo.

O aumento da escolaridade, com a postergação do ingresso no mercado de trabalho, significa taxas crescentes de desemprego para a faixa etária acima dos 25 anos, fato que transfere, para uma grande parcela destes profissionais, a dificuldade de inserção associada à falta de experiência (ROCHA, 2008). Essa dificuldade foi ressaltada em algumas falas:

[...] a dificuldade é horrível. Você não consegue. [...] teve o da escola que disse que tem o primeiro emprego. [...] Estou aguardando [...]. Disse que é para quem nunca trabalhou, e também para mais jovens, né. Deve ser isso também. Mas, como eu estou dizendo, é o meu sonho. E02

No auge da minha idade seria difícil conseguir um trabalho, emprego, atuação ou alguma coisa assim. E17

E17 é um participante com mais de 60 anos, que está trabalhando, mas reconhece a dificuldade dos mais velhos ingressarem no mercado de trabalho. O outro egresso (E02) se refere ao programa Primeiro Emprego, que visa combater o desemprego entre jovens e adolescentes, inserindo-os no mundo do trabalho. No entanto, este programa já se torna naturalmente excludente para as pessoas das faixas etárias mais elevadas ao deixar claro, em seu conceito e objetivo, ser destinado para jovens e adolescentes. Além disso, reforça a exclusão ao assumir com público-alvo quem nunca teve vínculo empregatício, ou seja, uma pessoa com meia-idade – perfil do PROEJA integrado -, provavelmente já manteve algum vínculo empregatício no passado e, portanto, está fora deste programa.

Atualmente, em que pessoas de idades mais avançadas têm procurado retomar os estudos não concluídos durante a juventude por falta de oportunidades, é necessário pensar em uma forma de inserir estes adultos de meia-idade no mundo do trabalho. Talvez, uma alternativa seja aprimorar o programa Primeiro Emprego, de forma que desconsidere empregos anteriores, ainda que fora da área de formação.

Com o aumento da longevidade, as pessoas querem permanecer ativas e inseridas no processo produtivo. O trabalho para os idosos, além de ofertar fonte de renda, muitas vezes essencial e complementar à aposentadoria, é também uma forma de se manterem úteis e ocupados, uma questão de dignidade. Assim, deve-se compreender que o envelhecimento não significa improdutividade e dependência (VANZELLA, LIMA NETO e SILVA, 2011).

A realização de um curso profissionalizante por pessoas de idade mais avançada ou idosas, que muitas vezes se viam sem perspectivas futuras, significa a abertura de um leque de possibilidades para o desenvolvimento econômico e social. Trata-se do caso de um dos egressos que finalizou o curso, conseguiu se inserir no mercado de trabalho já próximo aos 60 anos de idade e continuava trabalhando como técnica em enfermagem.

A própria modalidade integrada surge diante da crítica à dualidade da educação brasileira que defende o Ensino Médio integrado sob os eixos: trabalho, ciência e cultura, o que significa incorporar à formação geral a preparação para o trabalho. Não significa, no entanto, oferecer uma formação apenas para atender às necessidades do mercado capitalista, mas que permita aos educandos a compreensão e inserção no mundo do trabalho com participação qualitativa (XAVIER; FERNANDES, 2019).



No entanto, a incompatibilidade entre o número de egressos e a quantidade de profissionais absorvidos pelo mundo do trabalho gera uma dicotomia nos objetivos e na missão de uma formação técnica de nível médio na modalidade integrada. Ao mesmo tempo em que esta modalidade pretende formar profissionais íntegros, capazes de atuar qualitativamente de forma crítica, reflexiva e criativa de acordo com as necessidades do mundo do trabalho, o sistema reduz as possibilidades de inseri-los na carreira profissional almejada.

Baixa oferta de vagas no interior do estado

Muitas vezes, o que atrai os alunos para a escola de nível técnico é a dificuldade de ocupar vagas com melhores salários e/ou maior estabilidade, as quais normalmente, requerem nível superior (FIGUEIREDO, 2013). Assim, por se tratar de uma formação mais rápida e de menor custo, a formação técnica tem sido bastante procurada pela população que deseja um rápido acesso ao mundo do trabalho. Os cursos de técnicos na área da saúde e de enfermagem, em especial, são bastante requisitados, devido ao conhecimento da sociedade que o setor da saúde tem alto número de contratações.

No entanto, os profissionais do ensino integrado, recém-formados, se deparam com uma realidade estrutural marcada intensamente pelo desemprego, pois existe um descompasso entre a formação e a inserção no mundo do trabalho, gerando, também na área da saúde, um desencontro entre as trajetórias ocupacionais e realizações profissionais (FRANCISCO, 2015; VIEIRA *et al.*, 2017). As empresas, diante do elevado número de candidatos a uma vaga, escolhem os mais capacitados. Isso também acontece no setor da saúde, ainda que ele absorva grande parte dos profissionais, como evidenciam as falas a seguir:

[...] a concorrência é muita, e as oportunidades são poucas. E12

A maioria dos alunos ficam desempregados mesmo, porque falta emprego. E16

A Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil (COFEN, 2015) aponta que o *boom* de escolas e cursos de enfermagem gerou desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra e, como consequência, chegamos ao desemprego aberto e estrutural.

Paralelamente, algumas mudanças econômicas nas últimas décadas causaram significativas transformações no panorama brasileiro, sobretudo nas esferas política, social, cultural e econômica. O trabalho vem passando por intensa fase de mudanças, sendo o desemprego estrutural uma das mais nocivas consequências desse processo. Os jovens, independentemente da escolaridade, são os mais atingidos (ARAÚJO e MORAIS, 2018).

Essa realidade também é vivenciada pelos egressos da formação de nível técnico em enfermagem, inclusive da modalidade integrada. Os resultados deste estudo mostram que, após a realização do referido curso, dos 19 egressos participantes, apenas sete trabalhavam como técnicos em enfermagem. E dos 12 que estavam desempregados na área, cinco disseram que não estavam realizando qualquer atividade remunerada, sendo que, anteriormente à realização do curso, os desempregados eram apenas dois.

Outro fator, além da experiência e idade, apontado como agravante para o desemprego foi a localização. A maioria dos egressos deste estudo era do interior do estado da Bahia e atribuiu a falta de vagas ao tamanho da cidade:



[...] pois a realidade do município é muito diferente de outras regiões [...]. A grande maioria ficou desempregado porque a cidade não comporta o número de formandos que teve. Eu sou da primeira turma, depois de mim já formaram mais duas turmas. Então, pelo menos no interior, não tem trabalho pra esse tanto de gente. E14

Eu moro numa cidadezinha pequena. São poucas vagas de emprego. Eu digo assim, não é um lugar desenvolvido com muitas clínicas, aqui a gente só tem um hospital. E19

Segundo eles, viver em cidades menores dificulta ainda mais a inserção no mundo do trabalho. O Nordeste do país, pelo baixo desenvolvimento econômico, sofre mais acentuadamente com a falta de empregos e esta situação se agrava no interior.

Conforme o perfil da enfermagem na Bahia (COFEN, 2015), em 2015, 74,5% dos profissionais relataram dificuldade para encontrar emprego. A área já apresenta situação de desemprego aberto, com 9,4% dos profissionais entrevistados relatando situações de desemprego nos últimos 12 meses.

As Regiões Sul e Sudeste, economicamente as mais desenvolvidas no Brasil, têm maior número de cursos de Enfermagem e, portanto, não só lançam grande número de profissionais no mercado como disponibilizam maior número de vagas e apresentam maior empregabilidade. Há, portanto, uma concentração destes profissionais nos grandes centros urbanos, onde mais da metade de todo o contingente reside e trabalha, já que no interior o mercado de trabalho é restrito, com poucas vagas e oportunidades de emprego (COLENCI; BERTI, 2012; DA SILVA; MACHADO, 2020; PAIVA *et al.*, 2019).

Uma das cidades do interior a que os egressos deste estudo se referiram tem em torno de 30.000 habitantes e a outra pouco mais de 33.000 habitantes. Normalmente, cidades com uma população deste tamanho contam com uma rede de saúde pequena, incapaz de absorver todos os profissionais.

O Sistema Único de Saúde/setor público é o maior empregador da enfermagem, retendo 58,9% de toda a força de trabalho da categoria (DA SILVA; MACHADO, 2020). Pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem no Brasil indica que, em 2015, 59,3% das equipes de enfermagem estavam fortemente inseridas no sistema público de saúde (COFEN, 2015; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015). Quanto ao setor privado, este também é um grande empregador, responsável pela contratação de 31,6% dos profissionais da enfermagem (DA SILVA; MACHADO, 2020).

Assim, quando existe desaceleração ou contração econômica, são os jovens/recém-formados que recebem o maior impacto do desemprego em virtude da pouca qualificação e experiência. Quanto mais jovem e menor a escolarização, maiores são as taxas de desemprego, porque o capital humano acumulado é menor (TEIXEIRA, 2005). Assim, em lugares no interior com poucas vagas de emprego e baixa economia, recém-formados inexperientes estão mais suscetíveis a vivenciar a não empregabilidade.

Rede de indicação

O jovem recém-formado ainda está indo ao encontro da sua identidade profissional, da sua autonomia nas decisões pessoais e profissionais, da sua independência financeira e da sua participação ativa na sociedade por meio do trabalho (MELO; BORGES, 2007). Ele possui apenas a sua formação principal como qualificação,



tendo como ponto desafiador a falta de experiência prática. No caso de alguns participantes deste estudo, a idade avançada limitava ainda mais as possibilidades de adentrar ao mundo do trabalho, de modo que indicações de trabalho por terceiros podem minimizar o peso desses fatores e facilitar a galgar o primeiro emprego.

Neste contexto de falta de vagas associada a poucas experiências, muitos consideravam a ausência de pessoas para auxiliar ou indicar a entrada no mercado de trabalho como outro aspecto desafiador.

Eu tenho colocado currículos, mas, pelo que eu estou vendo, só está tendo vagas por indicações. Eu tenho uma colega que trabalha em hospital e perguntei a ela. Ela disse que só está colocando por indicação. E02

Assim, aqui é muito difícil mesmo de arrumar. Se você tiver conhecimento com as pessoas você consegue, entendeu? Porque aqui é mais assim ... você tem que ser indicado por alguém [...]. E06

A imprescindibilidade de apoio neste momento em que o profissional egressa da formação profissional e busca se inserir profissionalmente é reforçada pela necessidade de oferta ou indicação para um emprego. Conforme Teixeira (2005), a falta de contato com pessoas capazes de empregar ou indicar para uma vaga dificulta a possibilidade de inserção profissional pelos egressos recém-formados. Em outro estudo, ficou comprovado que 8,5% dos graduados em enfermagem conseguiram o primeiro emprego por meio de indicação (JESUS *et al.*, 2013).

De acordo com um site de consultoria de recursos humanos, pesquisa com mais de 40 mil profissionais identificou que 59% das funções do mercado de trabalho são preenchidas por indicação e 75% das organizações usam a indicação de colaboradores para divulgação de vagas ofertadas (CATHO, 2015).

A indicação se tornou, portanto, um fator importantíssimo na busca por uma colocação profissional, principalmente se o candidato indicado superar as expectativas dos contratantes. Esta vem se tornando uma forma de recrutamento de recursos humanos comum no mercado de trabalho, o que dificulta a inserção de profissionais que não possuem pessoas para indicá-los a uma vaga.

A precariedade dos vínculos

Concomitante ao aumento de profissionais e da procura por um emprego, cresce o número de vínculos empregatícios precários, existindo sobrecarga de trabalho, carga horária elevada, salários injustos, fragilização dos vínculos e outros.

O trabalho precário é aquele incerto e imprevisível, causador de instabilidade e insegurança contínua ao trabalhador, submetendo-o à exploração. É resultado da flexibilização de direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe (ARAÚJO-DOS-SANTOS *et al.*, 2018; EBERHARDT; CARVALHO; MUROFUSE, 2015). Na Enfermagem, entre as formas de precarização destacam-se o tipo de vínculo, a instabilidade, a renda, a jornada de trabalho, o direito à livre associação e as condições de trabalho (MELO *et al.*, 2016).

Nas falas dos egressos dos cursos técnicos em enfermagem na modalidade integrada foram identificados vários elementos que representam a precarização, incluindo tipo de vínculo, trabalhos informais e salários baixos.

Com base nas entrevistas, observamos que os egressos estão trabalhando sob uma forma de vínculo frágil, o contrato. Esta é a realidade da maioria dos egressos



participantes deste estudo: sete estavam atuando como técnicos em enfermagem, seis deles sob forma de contrato.

Eu trabalhei três meses e eles me deram trinta dias fazendo experiência [...]. Fizeram treinamento comigo e trabalhei de carteira assinada dois meses, praticamente tirando férias dela, que ela estava com férias vencida e tudo mais. E12

Depois dos oito meses, aqui na cidade, o hospital teve que demitir alguns funcionários, aí nessa demissão eu fui junto. Eu só tinha oito meses de casa, então o acerto ia ser menos [...]. E19

Muitos profissionais trabalham sob a forma de contrato temporário, mostrando preocupação com o fim da vigência do mesmo. Na fala do egresso 19, fica evidente a fragilidade e falta de segurança dos contratos, pois o funcionário pode ser desligado da empresa a qualquer momento, ou em data predefinida.

As esferas tanto públicas quanto privadas vivenciam a precarização do trabalho, por meio de contratos com prazo determinado e temporários, subcontratos e ameaça de desemprego. Essas condições tornam o trabalhador responsável pelo gerenciamento dos riscos que se apresentam nas mudanças constantes em seu espaço de trabalho (FRANCISCO, 2015).

Portanto, na atualidade, além do desemprego, a precarização dos empregos vem se tornando preocupante para a sociedade. A deterioração da qualidade dos empregos nas últimas décadas teve como principal causa o processo de globalização, privatização e liberalização, que transformou as atividades laborais em informais, precárias e concentradas no setor terciário.

A informalidade dos vínculos

Na década de 90 cresceu o emprego informal no Brasil que representou, em média, 70% de cada 10 novos postos gerados; os do setor terciário somaram 90% de cada 10 novos postos e mais da metade destes postos não oferece proteção social e trabalhista adequadas. Esta informalidade afeta mais os jovens que os adultos (TEIXEIRA, 2005). Além disso, apesar do autor enfatizar o jovem, provavelmente pela pouca experiência, acredita-se que o mesmo se aplica aos recém-formados desta pesquisa, independentemente da idade, pois são igualmente afetados pela inexperiência.

Corroborando o exposto, nas falas seguintes podemos identificar elementos que representam informalidades nos vínculos empregatícios:

Tem dois anos. Mas de carteira mesmo, eu só tenho um ano de carteira assinada. E03

[...] separadamente, eu sempre tenho dado alguns períodos de plantão com uma cooperativa que sempre me chamava para atuar. E17

Um dos egressos atuou como técnico em enfermagem, inicialmente de maneira informal, e após um ano teve a carteira assinada. O outro, mesmo com vínculo empregatício, complementa a renda exercendo um trabalho informal.

Em virtude da escassez e dificuldades de adentrar no mundo do trabalho, bem como da precariedade de alguns vínculos e da necessidade econômica, os indivíduos se submetem a vínculos fragilizados com informalidades e/ou ilegalidades. Pelas circunstâncias atuais da enfermagem, os profissionais vivenciam múltiplos vínculos combinados entre formalidade e informalidade (VIEIRA *et al.*, 2017).



Pesquisa analisou os desafios do mercado de trabalho para enfermagem e evidenciou inúmeros fatores que indicam a precariedade das atividades laborais, como pessoas que trabalham em dois ou três bicos, fazendo plantões extras, rendendo colegas em plantões, substituindo colegas em férias ou, até mesmo, praticando subjornadas (MACHADO *et al.*, 2016).

O profissional de enfermagem de nível técnico, como de qualquer outra área de formação técnica, é historicamente visto como desenvolvedor de atividades operacionais e braçais, sem uso da intelectualidade, o que sabemos não ser verídico. Esta estigmatização social leva à desvalorização profissional, já que a sociedade valoriza os trabalhos considerados intelectuais, e esta desvalorização, muitas vezes, está diretamente ligada a condições de precarização do trabalho e informalidades.

Um grande impulsor desta precariedade é a vivência do desemprego. Por necessidade de obter renda, os profissionais desempregados aceitam as oportunidades que surgem, independentemente da qualidade e segurança profissional. Para muitos, o trabalho informal acaba sendo a única saída:

[...] estou cuidando ainda de uma paciente, estou acabando [...] mas não tenho carteira assinada que geralmente vocês pedem muito, muita experiência. [...] mas eu achei muito proveitosa a minha trajetória até aqui. Eu estou há três meses com essa paciente de forma integral com ela. Acompanhei no ambiente hospitalar, fiquei com ela na residência e estou fazendo um curativo que é três vezes na semana. E14

A fala deixa evidente a forma de vínculo informal que permeia a enfermagem. O mercado está repleto de altos índices de desemprego, aumento dos trabalhadores em tempo parcial com contratos de trabalho não padronizados e/ou precários, queda da taxa de sindicalização e/ou não reconhecimento dos sindicatos, expansão do individualismo e declínio da ética da ação coletiva, desemprego juvenil crescente e informalidade (TEIXEIRA, 2005).

Desvalorização econômica e social

Em um contexto onde há crescimento do desemprego, do tempo de procura por trabalho e desocupação recorrente, a fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais tornaram-se frequentes (VIEIRA *et al.*, 2017).

Imersa nesta realidade de fragilização dos vínculos, existe a desvalorização econômica da profissão. Ou seja, salários inadequados para a formação e atuação do profissional, que, muitas vezes, funcionam como gatilho para que ele busque uma segunda ou outra atuação:

É um salário. Tem direito a insalubridade de 20%. Acho que poderia ter uma melhora, porque a gente trabalha com [...] hospital infectocontagioso, a gente trabalha com alto risco de contaminação, entendeu? Aí poderia dar uma melhoradinha para segurança do próprio profissional. E01

Só aqui mesmo como técnico. E final de semana, sábado e domingo cortando cabelo ainda. E11

Muitas vezes, os profissionais cumprem extensas jornadas de trabalho, com riscos inerentes à saúde e recebem salários não condizentes com a função exercida e a exposição aos riscos. Neste contexto, em busca de atingir as metas das empresas, submetem-se a contratos terceirizados, com ritmos de trabalho intensos e baixos salários (VIEIRA *et al.*, 2017).



Estudo (PAIVA *et al.*, 2019) com egressos de um curso técnico em enfermagem apresentou que 30% destes profissionais estavam ganhando valor inferior a um salário-mínimo e os outros 70% recebiam entre um e dois salários-mínimos. Ainda segundo o estudo, após a realização do curso, 20% dos profissionais tiveram uma redução dos salários e 80% não apresentaram melhora na renda mensal.

Salários baixos são intrínsecos ao excesso de profissionais disponíveis no mercado de trabalho, levando ao pensamento alinhado à lei da oferta e da procura, a qual estabelece relação entre a procura de um produto e a quantidade oferecida. Ou seja, quanto mais tenho um produto a oferecer, e este é pouco procurado, o preço tende a diminuir.

Da mesma forma, no caso de uma profissão desvalorizada economicamente, quando a oferta de determinado profissional excede ao número de vagas existentes, tende a haver uma queda nos salários. A lei da oferta é utilizada por autores para explicar a desvalorização econômica dos técnicos em enfermagem (PAIVA *et al.*, 2019):

Pensando que o técnico de enfermagem seja o produto, e o mercado de trabalho seja o consumidor (quem procura), existe uma oferta de técnicos de enfermagem muito maior que o número de vagas (procura) no mercado de trabalho, o que leva a uma redução dos salários oferecidos (PAIVA *et al.*, 2019, p. 148).

Assim, exercer uma profissão na qual você se enxerga desvalorizado socialmente e economicamente, com condições de trabalho precárias e pouca segurança, pode se tornar extremamente desmotivador, impactando na saúde e qualidade da atuação. Com tantas barreiras, dificuldades e problemas, é natural perceber que grande parte dos profissionais da enfermagem não tem uma visão positiva do futuro.

Diante dos problemas e da desmotivação com a enfermagem, chegamos à conclusão de que muitos profissionais tendem a escolher outros caminhos em busca de melhores condições de trabalho, melhores salários e vínculos mais seguros:

[...] eu não procurei não, porque tem motivos assim... Questão de salário. [...] a área é boa, bem procurado, graças a Deus. [...] eu achei trabalho para Jacobina, ia ter que alugar casa. Com tudo, com todo custo, não dava a mesma renda que eu tirava na área da pintura. Por exemplo, o salário da área de técnico de enfermagem aqui [...] não chega a 1.300. Então, eu fui calcular e ver os benefícios... E7

Destaca-se que, mesmo com qualificação profissional adquirida mediante a realização de um curso técnico, não houve melhores oportunidades de trabalho que permitissem a inserção na carreira profissional como técnico em enfermagem. Essa situação causa a evasão da profissão ou, até mesmo, a não inserção, em busca de melhores oportunidades.

Estudo revelou que, apesar de 60% dos egressos de um curso técnico em enfermagem atuarem no setor saúde, apenas 30% desenvolviam atividades laborais como técnicos em enfermagem e 10% atuavam em outra área. Segundo os autores, o grande número de profissionais técnicos em enfermagem pode levar a uma saturação de vagas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à oferta de baixos salários, o que incentiva uma evasão da profissão, como vimos acima (PAIVA *et al.*, 2019).

Neste mesmo cenário, em estudo sobre a inserção de egressos de enfermagem no mercado de trabalho, os participantes relataram não compensar trabalhar na área,



pois os salários não são equivalentes à responsabilidade exigida de quem exerce esta função (COLENCI; BERTI, 2012).

Percebe-se que a evasão da profissão está vinculada às condições de trabalho como um todo, entretanto, muito mais às questões financeiras. Infelizmente, na sociedade atual, fortemente capitalista e com altos impostos, as questões remunerativas têm muito peso e significância no momento de escolher uma carreira/trajetória profissional.

Além das condições de trabalho e destas questões remunerativas, outro fator que influencia a evasão da enfermagem é a falta de empregos na área. Muitas vezes, o profissional está à procura e não encontra um trabalho para exercer sua profissão, optando por se adequar às oportunidades que surgem, como é possível ver na fala a seguir:

[...] eu trabalhei numa área que não foi a minha. Trabalhei em laboratório. Gostei que também ganhei experiência. Teve treinamento pra depois ir trabalhar no laboratório. [...] foi pouco tempo. Foi praticamente tirando férias de uma moça que trabalhava lá. Mas tá um pouco difícil até o momento, então eu fiz esse de instrumentação pra ver se há uma chance a mais de emprego, e tocar a vida pra frente. Se não der certo com esse, tornar fazer e partir pra outra área pra ver, até chegar lá. Desistir, nunca! E12

É factível que os egressos aproveitam as oportunidades que surgem, e estas podem ser boas, muitas vezes até melhores que a atuação como técnico em enfermagem quando analisadas questões como vínculo trabalhista, condições de trabalho, carga horária e salários. Porém, também podem não ser tão boas assim, como no caso de um dos participantes, E12, que aceitou um vínculo temporário, cobrindo férias de outra colaboradora, pela necessidade de trabalhar.

Os egressos buscam uma nova qualificação/cursos para aperfeiçoamentos profissionais como estratégia para conquistar uma vaga no mundo do trabalho. Dos 19 egressos que participaram deste estudo, cinco realizaram outra formação e, destes, dois conseguiram ingressar no mercado de trabalho posteriormente como técnicos em enfermagem.

Pesquisa (VIEIRA *et al.*, 2017) mostrou que muitos trabalhadores da saúde pretendem sair da profissão, e até mesmo do setor, como também relatado neste estudo por dois técnicos em enfermagem: um desejava sair do setor da saúde e o outro realizar o curso de pedagogia. Porém, não identificamos egressos com desejos de sair da área da saúde, talvez por considerarem este um setor com empregabilidade considerável. Alguns cursavam ou queriam realizar outras formações e também cursos de nível superior.

São inúmeras as evidências de precariedade nos vínculos empregatícios no mundo do trabalho para os técnicos em enfermagem e, também, diversos os fatores que a influenciam e são por ela influenciados. Portanto, a forma de enfrentamento destes profissionais é aderir a informalidades, evasão e/ou não inserção na profissão, ou até mesmo aceitar vínculos precários.

Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo com egressos da formação técnica na modalidade integrada possibilitou a identificação e análise dos desafios para alicerçar a inserção destes profissionais no mundo do trabalho e ao longo de sua trajetória profissional.



É notória a desarmonia entre o número de indivíduos formados e qualificados e a quantidade de profissionais inseridos no mundo do trabalho. Tal situação explicita a necessidade de que o sistema e as empresas procurem estratégias para oferecer mais oportunidades aos recém-formados, evitando o desemprego. As falas mostraram que, além de poucas vagas, são vários os fatores desfavoráveis que se configuram como desafios na trajetória profissional dos egressos do curso técnico em enfermagem: pouca ou nenhuma experiência, idade, economia local, qualificação individual e precariedade dos vínculos.

Neste contexto, quando colocada em prática a proposta da modalidade integrada de ensino - formar profissionais críticos, reflexivos e criativos de acordo com as necessidades do mundo do trabalho - a missão de inserir os profissionais no mundo do trabalho não está se consolidando de uma forma plausível.

Entender a trajetória profissional dos egressos de um processo formativo permite identificar os desafios presentes neste percurso que podem interferir na inserção dos profissionais recém formados no mercado de trabalho. É imprescindível que as instituições de ensino e as estâncias governamentais utilizem destas informações para buscar estratégias de enfrentamento a serem desenvolvidas no processo formativo, de forma a mitigar as dificuldades para adentrar no primeiro emprego. Ainda, torna-se necessário o aprimoramento das iniciativas governamentais e das instituições empregatícias, de forma a absorver um número maior de egressos recém-formados no mundo do trabalho.

Tornaram-se limitações deste estudo a escassez de banco de dados organizados nas escolas, assim como a antiguidade dos números telefônicos, dificultando o contato com os egressos. Ainda, nota-se a escassez de estudos sobre a formação técnica em enfermagem, principalmente quando se trata da modalidade integrada.

Ainda, como perspectiva futura, torna-se de grande valia o desenvolvimento de estudos que busquem formas de enfrentamento para os desafios que permeiam a trajetória profissional destes egressos, e trabalhos que identifiquem e analisem os elementos facilitadores desta trajetória.

Referências

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v.20, n.1, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v20n1/a01v20n1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ARAÚJO-DOS-SANTOS, Tatiane *et al.* Job insecurity among nurses, nursing technicians and nursing aides in public hospitals. **Ver. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 52, p. e03411, jul. 2018. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/CdSrXtq7CJvx4syWxnwtmKm/?lang=en>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BAHIA. Programa primeiro emprego. **Secretaria de Educação do Estado da Bahia**, Salvador, 2019. Disponível em:

<<http://estudantes.educacao.ba.gov.br/primeiroemprego>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em 16 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 nov.2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em 17. nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 24 jan. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126>. Acesso em 24 jan. 2021.

CARVALHO, Antônio Kennedy Araújo; MACEDO, Maíra Assunção; SILVA, Thiago Sousa. Experiências de Inserção no Mercado de Trabalho: Estudo com Egressos do Curso de Administração. **Rev. Cienc. Gerenc**, v. 21, n. 33, p. 56–62, jun. 2017. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/4208>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CARVALHO, Manoela de; SANTOS, Nelson Rodrigues dos; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. A construção do SUS e o planejamento da força de trabalho em saúde no Brasil: breve trajetória histórica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 372–387, jul/ set. 2013. Disponível em :< <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YgmHSdNrqrh6LNCQV4rdq8P/?lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CATHO. Indicação: vantagens e complicações. **Catho Comunicação**, Barueri, 2015. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/dicas-emprego/comportamento/indicacao-vantagens-e-complicacoes/>>.



COFEN. Enfermagem em números. **Conselho Federal de Enfermagem**, Brasília, 2021. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>>. Acesso em 18 nov. 2021.

COFEN. Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. **Conselho Federal de Enfermagem**, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/#apresentacao>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

COLENCI, R.; BERTI, H. W. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de egressos de graduação em enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, Botucatu, v. 46, n. 1, p. 158–166, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/yLcgbGR8ZT3YVfLbHzDjqKf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. 6º Conaten debate índice de desemprego dos profissionais de nível médio. **Conselho Federal de Enfermagem**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/6o-congresso-nacional-dos-tecnicos-e-auxiliares-de-enfermagem-acontece-em-sao-paulo_64575.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.

EBERHARDT, Leonardo Dresch; CARVALHO, Manoela; MUROFUSE, Neide Tieme. Vínculos de trabalho no setor saúde: o cenário da precarização na macrorregião Oeste do Paraná. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 18–29, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vvjQn6LBSsZmBwyZSzBqkMz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso e: 01 nov. 2021.

FARIA, Débora Araújo; ASSIS, Sandra Marial. O proeja integrado à educação profissional: desafios, possibilidades e práticas docentes. **HOLOS**, Natal, n. 30, v. 2, p. 123-133, fev./ mar. 2014. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1968/809>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FIGUEIREDO, Julieta Brites. **Trajetória educacional de alunos de cursos técnicos em saúde: o caso da Escola Técnica Estadual de Saúde Herbert José de Souza (ETESHJS) da FAETEC**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saude) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/8605>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FRANCISCO, Dolores Santos. **Gestão do trabalho e valorização profissional: a questão da sobrequalificação para o trabalhador técnico do SUS**. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saude) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/11194/2/Dolores_Francisco_EPSJV_Mestrado_2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem no Brasil. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem-no-brasil#:~:text=Compartilhar%3A,auxiliares%20e%2020%25%20de%20enfermeiros.&>>



text=O%20estudo%20foi%20realizado%20pela,Federal%20de%20Enfermagem%20(Cofen)>. Acesso em: 18 nov. 2021.

GARAY, Angela Beatriz Scheffer. Reestruturação Produtiva e Desafios de Qualificação : Algumas Considerações Críticas. **READ**, Porto Alegre, n. 05, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<http://www.medtrab.ufpr.br/arquivos%20para%20download%202010/Reestruturacao%20produtiva.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2021.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JESUS, Bruna Helena de Jesus *et al.* Inserção no mercado de trabalho: trajetória de egressos de um curso de graduação em enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 336–345, abr./ jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/Z66jQTrBKjpLYGKDpPp73LJ/?lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos Salas. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social - revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 87-100, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/kN4v5XV7Fy9HBRkgfbnLy3G/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MACHADO, Maria Helena. *et al.* Mercado de trabalho da enfermagem: aspectos gerais. **Enferm. Foco**, Brasília, v. 7, n. esp., p. 35–62, fev. 2016. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/691>>. Acesso em 18 nov. 2021.

MATTOSINHO, Mariza Maria Serafim *et al.* Mundo do trabalho: Alguns aspectos vivenciados pelos profissionais recém-formados em enfermagem. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 466–471, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/dPVsqtjXztVGvqJJcySwfzR/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MELO, Cristina Maria Meira de *et al.* Nurse workforce in state services with direct management: Revealing precarization. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, jul. /set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/wfwky4w4XZHxjvVSx6JDFhD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MELO, Simone Lopes de; BORGES, Livia de Oliveira. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. **Psicol. ciênc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 376–395, set. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmfLvJ43qLTB5JMmYFxFWcmS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década: Alinhando os Planos de Educação, **Ministério da Educação**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_alinhando_planos_educacao.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.



MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA: Entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 1–22, dez. 2017. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/355>>. Acesso em 17 nov. 2021.

PAIVA, Juliana Maciel Machado *et al.* Escolas Técnicas do SUS: perfil dos egressos do curso técnico em enfermagem. *In*: SOMBRA, Isabelle Cordeiro de Nojosa (Org.). **Discursos, Saberes e Práticas da Enfermagem**. v. 1, Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/25880>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educitec**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 27–49, dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356/317>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533–550, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8BLxBwGfzYW8B99m9YYysG/?lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SANT'ANA, Wallace Pereira; SILVA, Hugo Barros da; LEMOS, Glen Cézar. Ensino médio integrado à educação profissional: algumas concepções. **Tecnia**, Goiânia, v.3, n.1, p. 66-87, 2018. Disponível em: <<http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/124>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SANTIAGO, Luciana Maria Montenegro *et al.* Formação técnica em enfermagem integrada ao ensino médio. **Enferm. Foco**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 80–86, ago. 2017. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1533>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2018.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Os idosos na EJA: uma política de educação inclusiva. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/9808>>. Acesso em 15 nov. 2021.

SILVA, Manoel Carlos Neri da; MACHADO, Maria Helena. Health and work system: Challenges for the nursing in Brazil. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 7–13, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/wqFyYK4y49f8WZPmkvrvVsQ/?format=pdf&lang=pt>>. Aceso em 17 nov.2021.

SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues *et al.* Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Psicol. Rev.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 314–333, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-



11682015000200007>. Acesso em: 15 nov. 2021.

TEIXEIRA, Elaine Juncken. **Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida**. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=42921>. Acesso em 15 nov. 2021.

VANZELLA, Elídio; LIMA NETO, Eufrásio de Andrade; SILVA, César Cavalcanti da . A terceira idade e o mercado de trabalho. **R bras. ci. Saúd**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 97–100, mai. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/7199/5692>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VIAMONTE, Perola Fatima Valente Simpson. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394 / 96. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28–57, jan./jun 2011. Disponível em:<[file:///C:/Users/juliana33743/Downloads/6469-Texto%20do%20artigo-27866-1-10-20120322%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/juliana33743/Downloads/6469-Texto%20do%20artigo-27866-1-10-20120322%20(1).pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VIEIRA, Monica *et al.* Trajetórias educacionais e ocupacionais de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, e suas expectativas profissionais. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe2, p. 92–103, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3sGb94wcWtcxQf6cJxWZhtC/?lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDES, Natal Lânia Roque. Educação Profissional Técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec**, Manaus, v. 5, n. 11, jun. 2019. Disponível em: <<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/710/291>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Recebido: 12/06/2021

Aprovado: 15/12/2021

Como citar: PAIVA, J. M. M. *et al.* Egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada: uma trajetória permeada por desafios. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 7, e177621, 2021.

Contribuição de autoria:

Juliana Maciel Machado Paiva: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, recursos, validação, visualização, escrita (rascunho original).

Gilberto Tadeu Reis da Silva: Conceituação, curadoria de dados, metodologia, administração de projeto, recursos, supervisão, validação, visualização, escrita (revisão e edição).

Giselle Alves da Silva Teixeira: Conceituação, curadoria de dados, metodologia, recursos, supervisão, validação, visualização, escrita (rascunho original).

Juliana Costa Ribeiro-Barbosa: Curadoria de dados, metodologia, visualização, escrita (rascunho original).

Editor responsável: Iandra Maria Weirich da Silva Coelho

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional

